

1983-3717
ISSN



POLÍTICAS CULTURAIS *em Revista*

#1

v. 11, n. 1, jan./jun. 2018

1983-3717
ISSN



**POLÍTICAS
CULTURAIS**
em Revista

Pol. cult. rev.	Salvador	v. 11	n. 1	p. 1-392	jan./jun.	2018
-----------------	----------	-------	------	----------	-----------	------

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira

INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS

Direção: Messias Bandeira

Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

Coordenação: José Roberto Severino

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura

Coordenação: Leonardo Costa

Vice-Coordenadora: Renata Rocha

EDITORES – CHEFES

Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará

*José Márcio Barros, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Universidade do Estado
de Minas Gerais*

Leonardo Costa, Universidade Federal da Bahia

Renata Rocha, Universidade Federal da Bahia

EDITORES DOSSIÊ CENSURA E POLÍTICAS CULTURAIS

Cayo Honorato, UnB

Graziela Kunsch, Unifesp

CONSELHO EDITORIAL

Alain Herscovici, Universidade Federal do Espírito Santo

Ana Carolina Escosteguy, PUCRS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Ana Rosas Mantecón, Universidade Autónoma Metropolitana do México

Armand Mattelart, Universidade Paris VIII

Carlos Lopes, United Nations Institute for Training and Research

Carlos Yáñez Canal, Universidad Nacional de Colombia

César Bolaño, Universidade Federal de Sergipe

Daniel Mato, Universidad Central de Venezuela

Durval Albuquerque, Universidade Federal do Rio Grande de Norte

Emir Sader, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Fabio de Castro, Universidade Federal do Pará

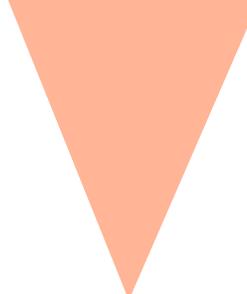
George Yúdice, Miami University
Guilherme Sunkel, Victoria University, Austrália
Guillermo Mariaca Iturri, Universidad Mayor de San Andrés
Gustavo Lins Ribeiro, Universidade de Brasília
José Machado Pais, Universidade de Lisboa
Lúcia Lippi, Fundação Getúlio Vargas
Manuel Garretón, Universidad de Chile
Marcelo Ridenti, Universidade Estadual de Campinas
Maria de Lourdes Lima Santos, Universidade de Lisboa
Muniz Sodré, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Octavio Getino, Instituto Universitario Nacional de Artes da Argentina
Renato Ortiz, Universidade Estadual de Campinas
Rubens Bayardo, Universidad San Martin - Universidad de Buenos Aires
Xan Bouzadas, in memoriam

CONSELHO DE REDAÇÃO

Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará
Antonio Albino Canelas Rubim, Universidade Federal da Bahia
Anita Simis, Universidade Estadual Paulista
Cláudia Leitão, Universidade Estadual do Ceará
Cristina Lins, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Humberto Cunha, Universidade de Fortaleza
Isaura Botelho, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
José Márcio Barros, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Universidade do Estado de Minas Gerais
Leonardo Costa, Universidade Federal da Bahia
Lia Calabre, Fundação Casa de Rui Barbosa
Maria Helena Cunha, DUO Informação e Cultura
Paulo Miguez, Universidade Federal da Bahia

NORMALIZAÇÃO, REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO:

Equipe EDUFBA



Sumário

DOSSIÊ – CENSURA E POLÍTICAS CULTURAIS 8

1 ANTES QUE ISSO TAMBÉM SEJA PROIBIDO 9

Cayo Honorato e Graziela Kunsch

2 CENSURA E PÓS-CENSURA: UMA SÍNTESE SOBRE AS FORMAS CLÁSSICAS E ATUAIS DE CONTROLE DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA NACIONAL 19

Maria Cristina Castilho Costa e Walter de Sousa Junior

3 O PENSAMENTO E A IMAGINAÇÃO NO BANCO DOS RÉUS: AMEAÇAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM CONTEXTO DE GOLPE E GUERRAS CULTURAIS 37

Luis Felipe Miguel

4 LIBERTAD DE EXPRESIÓN Y CENSURA: LA VIOLENCIA ESTRUCTURAL Y SUS EFECTOS EN LA CULTURA ESPAÑOLA 60

Julieti-Sussi Oliveira e Sara González-Fernández

5 ENTRE O *ETHOS* CRIMINOSO E O PROFESSORAL: A TENTATIVA DE CENSURA DO VIDEOCLÍPE “ISSO AQUI É UMA GUERRA” DO GRUPO FACÇÃO CENTRAL 77

Alisson Cruz Soledade

6 OS LIMITES DA RUA: UMA DISCUSSÃO SOBRE REGULAÇÃO, TENSÃO E DISSIDÊNCIA DAS ATIVIDADES CULTURAIS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO 100

Flávia Magalhães Barroso e Cíntia Sanmartin Fernandes

7 COTAS DE CONTEÚDO BRASILEIRO NA TV PAGA: CENSURA OU REGULAÇÃO DE CONTEÚDO? 122

Ana Heloíza Vita Pessotto

**8 ENSINO DA ARTE NO LIMIAR DA CENSURA: UMA DEFESA DA
AUTONOMIA DA EDUCAÇÃO ESTÉTICA EM VIGOTSKI 145**

Luana M. Wedekin

**9 PÚBLICOS CONTROVERSOS: ENTREVISTA
COM DANIELA LABRA 168**

Diogo de Moraes

**10 MEDIAR A CENSURA: ENTREVISTAS COM EDUCADORES (AS)
DE EXPOSIÇÕES QUE SOFRERAM ATAQUES 197**

Cayo Honorato e Graziela Kunsch

ARTIGOS 230

**11 O PAPEL DO MOVIMENTO NEGRO PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NAS POLÍTICAS DE CULTURA
EM ITUIUTABA (MG) (2015-2016) 231**

Náíade Cristina de Oliveira Mizael e Karina Klinke

**12 POLÍTICA CULTURAL POR MEIO DO INCENTIVO FISCAL, 26 ANOS
DE CAMINHADA: RETRATO DA CAPTAÇÃO GLOBAL E SETORIAL NO
CAMPO DAS HUMANIDADES 255**

Carolina Marques Henriques Ficheira, Heloisa Buarque de Hollanda

**13 AS NARRATIVAS IDENTITÁRIAS PRODUZIDAS NAS POLÍTICAS
CULTURAIS DA REGIÃO DAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS DO
BRASIL: UMA CRÍTICA AO ESSENCIALISMO CULTURAL 278**

Muriel Pinto, Jardel Vitor Silva e Eufrásia Conceição Ponce Padilha

**14 MAPEAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE PATRIMÔNIO
CULTURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO 308**

Rodrigo Modesto Nascimento

**15 PROJETOS CULTURAIS GUARANI MBYA:
O PROAC INDÍGENA 344**

Alzira Lobo Arruda Campos, Marília Gomes Ghizzi Godoy e Mônica Salles da Silva

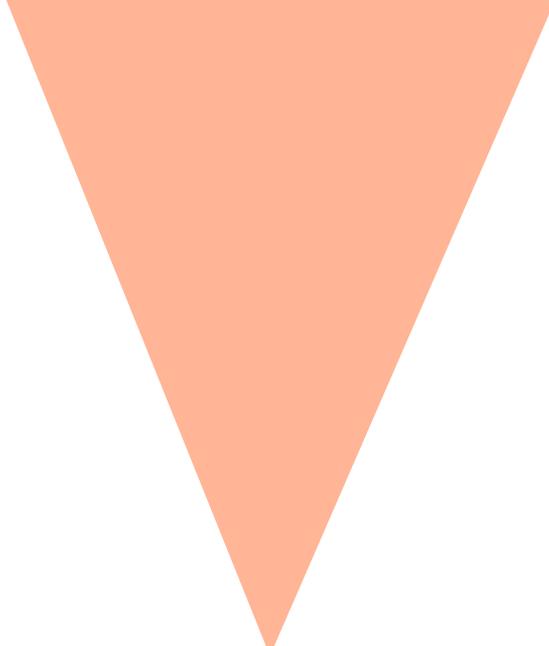
**16 EMPREENDEDOR CULTURAL:
UMA IDENTIDADE REJEITADA? 369**

Fernando Antonio Prado Gimenez



Dossiê – Censura e

Políticas Culturais



Antes que isso também seja proibido.

Dossiê Censura e Políticas Culturais

Cayo Honorato²

Graziela Kunsch³

-
- 1 Extraído do texto “Censura e pós-censura: uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional”, de Maria Cristina Castilho Costa e Walter de Sousa Junior, publicado neste dossiê.
 - 2 Cayo Honorato é professor adjunto do Departamento de Artes Visuais (VIS) da Universidade de Brasília (UnB), credenciado como orientador no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV), com pesquisa sobre a mediação cultural entre as artes e a educação. E-mail: cayohonorato@gmail.com.
 - 3 Graziela Kunsch é professora substituta do Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e defende, nas suas práticas educativas em instituições culturais, a noção de “autoformação de público”, tornando o público sujeito propositor daquilo que deseja, até mesmo na recusa de participar de determinados processos. E-mail: kunsch.unifesp@gmail.com.



Em 10 de setembro de 2017, após manifestações de repúdio terem se avolumado pelas redes sociais nos dias anteriores, o Santander Cultural decidiu encerrar a exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, antecipando seu término em quase um mês. Em nota, a instituição declarou: “Quando a arte não é capaz de gerar inclusão e reflexão positiva, perde seu propósito maior, que é elevar a condição humana”. As principais queixas eram de que a exposição – mais precisamente, três ou quatro obras expostas – fazia apologia à pedofilia e zoofilia, além de blasfemar contra símbolos e valores religiosos cristãos. Como se sabe, o episódio foi sucedido por uma série de outros eventos, em diferentes cidades brasileiras (Campo Grande, Jundiaí, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Vitória, Brasília), chegando à condução coercitiva do curador da exposição, mediante requerimento aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) dos Maus-tratos.⁴

-
- 4 Em 14 de setembro, deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul denunciaram a exposição *Cadafalso*, em cartaz desde junho no Museu de Arte Contemporânea de Campo Grande, por apologia à pedofilia; em 15 de setembro, a peça *O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu*, prevista para ser apresentada no SESC Jundiaí, foi cancelada por uma ordem judicial; no início de outubro, um deputado estadual de Minas Gerais, com o apoio de manifestantes, tentou cancelar a exposição do artista Pedro Moraleida, intitulada *Faça você mesmo sua Capela Sistina*, em cartaz no Palácio das Artes em Belo Horizonte; às vésperas da abertura da exposição *Uma constelação para Sêrvulo Esmeraldo* em 17 de outubro, a Universidade de Fortaleza (Unifor), mantenedora do evento, teria exigido à artista Simone Barreto que substituisse dois dos 33 desenhos que compunham seu trabalho intitulado *Todas as Coisas Dignas de Serem Lembradas*, abordando o corpo e a sexualidade da mulher; em 19 de outubro, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) vetou a entrada de menores de 18 anos, mesmo que acompanhados dos pais ou responsáveis, na mostra *Histórias da Sexualidade*, a ser inaugurada no dia seguinte; em 23 de outubro a Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovou em regime de urgência um projeto de lei que proíbe pornografia e nudez em exposições artísticas e culturais em espaços públicos no estado; em 08 de novembro, a CPI dos Maus-tratos aprovou dois requerimentos pedindo a condução coercitiva do curador da *Queermuseu* e do artista Wagner Schwartz, cuja performance na abertura

O caso abriu inúmeras questões; parte delas diz respeito diretamente às políticas culturais. Embora não se possa afirmar que a onda de protestos tenha sido iniciada pela militância do Movimento Brasil Livre (MBL), a entidade foi decisiva à sua propagação, tornando-se rapidamente sua protagonista. Em debate promovido pelo programa Esfera Pública da Rádio Guaíba em 12 de setembro, Paula Cassol, coordenadora regional em Porto Alegre, resumiu algumas das posições do MBL:

[...] as pessoas têm o direito de se sentirem ofendidas com aquilo [com a exposição] e de não quererem que seus filhos tenham acesso a isso e, muito menos, que a gente tenha que pagar com dinheiro público uma exposição dessas. (RÁDIO..., 2017)

Além disso, insistiu que as reações do grupo não configuravam censura, mas sim boicote, isto é, uma manifestação de desacordo como prática de cidadania.

Trata-se de posições polêmicas, que, no entanto, precisam ser consideradas, especialmente quando uma base comum para o diálogo entre defensores e detratores da arte não pode mais ser pressuposta. A propósito, convém registrar que a *Queermuseu* também havia sido criticada por militantes LGBTTTQIA, por não contemplar a produção de artistas *queer* nem envolvê-los na sua construção.⁵ Além disso, a Lei Rouanet tem sido, nos últimos 15 ou 20 anos, objeto de críticas diversas por parte de trabalhadoras e de trabalhadores da cultura, seja em relação a sua hegemonia enquanto política, por delegar a empresas privadas a palavra final sobre a

do 35º Panorama da Arte Brasileira em 26 de setembro também foi alvo de manifestações; em 18 de novembro, um grupo de religiosos protestou em frente ao Museu Nacional em Brasília, pedindo o cancelamento da exposição *Contraponto*, da qual participava o artista Antonio Obã, autor da performance *Atos da Transfiguração: Desaparição ou Receita para Fazer um Santo*, na qual rala uma imagem da Nossa Senhora Aparecida – sem que essa seja uma lista exaustiva.

5 Cf. por exemplo: Vi Grunvald. *Queermuseu e a crítica da crítica*. *FLSH Magazine*. Disponível em: <<http://bit.ly/2CFcqK1>>.

destinação do financiamento público da cultura, seja em relação a pontos que deveriam ser modificados, a fim de se evitar a concentração dos recursos em certas regiões ou iniciativas, ou ainda, os mecanismos burocráticos que impedem a democratização do acesso ao fomento. Ocorre que todos esses debates parecem, ao menos neste momento, suplantados pela polêmica que se instalou, como se houvessem perdido sua própria oportunidade.

Convocadas por essas questões – as diferentes respostas oferecidas pelas instituições envolvidas; os sentidos e usos da liberdade de expressão; a diferença entre censura e boicote, ou mesmo entre tipos de censura (institucional ou social, política ou moral), em meio às guerras culturais em curso; o reenquadramento da discussão sobre a Lei Rouanet, entre outras –, julgamos que a articulação entre as políticas culturais e o problema da censura merecia um dossiê específico. A par de alguns dossiês lançados por outros periódicos,⁶ estávamos especialmente interessadas no desdobramento das controvérsias culturais em que estamos imersas, exemplificadas pela seguinte revisão não exaustiva de algumas posições em circulação:

(1) Como mediar entre (i) a liberdade de expressão artística, “independentemente de censura ou licença”, tal como assegurada pelo Art. 5º da Constituição Federal; e (ii) o vilipêndio público a ato ou objeto de culto religioso, previsto como crime passível de detenção ou multa pelo Art. 208 do Código Penal brasileiro? Uma manifestação artística que se configure como blasfêmia deve ter sua

-
- 6 No último trimestre de 2017, a revista *Palíndromo* (v. 9, n. 19) publicou uma sessão temática sobre o problema da censura, em cujo editorial se lê: “Em suma, no cerne das discussões está a questão da censura e segmentos diversos da sociedade vêm considerando as oposições de pensamento como oposições políticas e morais. E o dualismo se exacerba. Arte transita entre todas as angústias humanas, que em nada são duais”. Em 8 de novembro, a *Proa: Revista de Antropologia e Arte* lançou chamado à colaboração na forma de resenhas sobre obras e manifestações artísticas “com o intuito de acompanhar o acirramento, nos últimos meses, dos debates travados no e ao redor do campo das artes e da produção cultural e sua relação com as moralidades, normativas e políticas de gênero e sexualidades bem como suas transgressões”. No início de 2018, a revista *Jacaranda* dedicou seu n. 6 ao tema “Brazilian Art Under Attack”.

liberdade de expressão limitada? Deve ser considerada uma contravenção passível de punição?

(2) O argumento de que não há dolo na arte, uma vez que “a arte é expressão de uma sensibilidade nova que se desgarra do seu criador” (BARROS et al., 2017), não termina por concebê-la como alguma coisa que escapa à jurisdição da realidade? Nesse caso, como ao mesmo tempo sustentar as pretensões artísticas de transformação da realidade?

(3) Quais concepções de arte e cultura – ou mesmo de seus públicos e produtores – estão sendo mobilizadas nesses debates, seja por parte dos defensores, seja por parte dos detratores ou intermediários? Quais critérios estão sendo convocados, com relação ao que deveria ser liberado ou banido?

(4) Considerando-se que boa parte dessas controvérsias envolve questões de mediação cultural, como os setores educativos de museus e centros culturais estão (ou não estão) reagindo? O que estão pensando, fazendo, imaginando ou propondo? Que papel estão desempenhando em suas respectivas instituições diante desses processos?

(5) Como forjar “novos modos de financiamento da cultura por critérios públicos e representativos da sociedade” (QUINALHA, 2017), se os segmentos conservadores são majoritários? De que forma favorecer nesse contexto uma cultura comum (WILLIAMS, 1989), na qual o que deve ser ofertado não está determinado de antemão?

(6) Se a representação artística, por diferir da realidade, não performa elogios nem apologias (QUINALHA, 2017), como poderia performar denúncias ou críticas? Como poderia surtir uns efeitos e não outros? É válido afirmar que, “[...] ao contrário da propaganda e do marketing, a arte não tem a pretensão da transmissão de uma mensagem a ser universalmente introjetada”? (BARROS et al., 2017) Que retórica dos efeitos tem sido atribuída às representações artísticas?

(7) Se “todos os agentes que, em contato com o objeto artístico ressignificam a arte ao interpretá-la e dela se reapropriam a partir das

mais diversas referências simbólicas através do tempo e espaço” (BARROS et al., 2017), isso incluirá as rejeições à arte? De que maneira a noção de contrapúblicos (WARNER, 2010) tem sido reconfigurada nesse processo?

Nossa convocatória recebeu diferentes respostas. Nem todas elas dão conta dessas questões. Lamentamos que algumas, particularmente, tenham ficado sem resposta. A questão (5), por exemplo, objetivava respostas propositivas, aí incluídas experiências históricas de políticas de financiamento a cultura construídas “de baixo para cima”, envolvendo uma série de agentes – e públicos – em sua construção. Juntos, no entanto, os textos são uma aula sobre como – e por quem – diferentes tipos de censura são justificados ou impostos; também sobre o modo como determinado contexto histórico dá ensejo a novos mecanismos de censura.

Maria Cristina Castilho Costa e Walter de Sousa Junior apresentam três “idades” dos processos censórios: uma que seria tão antiga quanto a própria cultura humana, com base em uma oposição elementar existente entre nossa subjetividade e a vida coletiva; outra mais conhecida, chamada censura clássica, relativa à institucionalização da censura pelo poder político, à censura feita por órgãos estatais em nome da estabilidade e da ordem sociais; por fim, uma que não logra ser hegemônica nem sistemática, porque atua de múltiplas maneiras em um contexto pós-moderno de diferenças, fragmentações, divergências e particularismos, mas que é muito mais lábil e pervasiva, demandando inclusive novos procedimentos metodológicos para ser estudada – o que eles chamam de pós-censura.

Luis Felipe Miguel discute as ameaças em curso à liberdade de expressão no Brasil a partir de três eixos: (1) a confluência aparentemente contraditória, mas de fato estabelecida por certas “afinidades eletivas”, entre as agendas conservadoras em sentido moral e as políticas neoliberais; (2) o impacto das mídias sociais no sentido de moldar o ambiente de debate, instrumentalizando politicamente as preocupações dos conservadores por meio da produção

de um “pânico moral”; (3) os desafios para a defesa da liberdade de expressão, enquanto um valor político essencial, considerando que parte da esquerda, em alguns casos, também passou a propugnar o veto ao discurso adversário. Nesse contexto, segundo o autor, é a própria noção de direitos, assim como a liberdade de criação artística, que estão sob ataque.

Julieti-Sussi Oliveira e Sara González-Fernández, da Universidade de Sevilla, começam seu texto com o posicionamento de que a liberdade de expressão, como pilar de um Estado democrático, garante à sociedade a liberdade para se informar e se expressar, constituindo-se em um direito inquestionável, presente em todos os manifestos internacionais de direitos humanos. Entretanto, referindo-se ao contexto espanhol, constatam que, desde 2013, vive-se um retrocesso, na medida em que certas reformas legislativas estão dando margem a tipos de censura que afetam diretamente as manifestações culturais. Segundo as autoras, concretamente, a reforma do Código Penal ou a aprovação da Lei Orgânica de Proteção da Segurança Cidadã, conhecida como Lei da Mordaza, formam parte dessas reformas, imprecisas em certas ocasiões, mas que fazem ressurgir coações e limitações impróprias a um Estado democrático, contribuindo para reduzir a capacidade de expressão dos cidadãos.

Referindo-se à retirada de circulação, por decisão judicial, de um videoclipe do grupo Facção Central no fim dos anos 1990, Alisson Soledade discute como o promotor de justiça no caso e o grupo buscaram construir imagens de si mesmos – respectivamente como “humanista” e “professores” – de forma a justificar suas intenções perante a sociedade e se contrapor às posições adversárias. O autor também mostra como a promotoria se preocupou em evitar que sua atitude fosse taxada de censura e, correlativamente, como o grupo recorreu ao argumento da liberdade de expressão, bastante defendida na época pelos meios de comunicação em face da memória então muito recente da ditadura civil-militar no país.

Flávia Magalhães Barroso e Cíntia Sanmartin Fernandes discutem a legislação concernente aos eventos de rua na cidade do Rio de Janeiro, implementada posteriormente aos protestos de junho de 2013 e aos megaeventos esportivos de 2014 e 2016. Ao mesmo tempo, as autoras também chamam atenção para as práticas dissensuais que se apresentam na contramão desse cenário, que elas qualificam de enrijecimento do controle e da discriminação social e/ou política das práticas culturais vinculadas a esses eventos. Analisam três aspectos geralmente considerados, por parte do poder público, para a permissão ou proibição das atividades culturais de rua: (1) interesse do setor privado; (2) a questão da segurança pública; (3) o julgamento moral sobre a validade estética. Além disso, discutem algumas das políticas (ou “máscaras de alisamento”) que, amparadas pelos discursos de modernização e eficiência, terminariam enfraquecendo o alcance das atividades culturais nos territórios.

Por sua vez, Ana Heloiza Vita Pessotto analisa as cotas de conteúdo estabelecidas na Lei nº 12.486/11, questionando as aproximações entre regulação e censura. Num cenário em que muitos veem uma similaridade entre os dois conceitos, Pessotto salienta que cabe à academia um papel essencial no direcionamento de estudos aplicados para colaborar com a construção de parâmetros específicos, que diferenciem os conceitos de censura e regulação. Para a autora, as cotas representam uma regulação de conteúdo e não uma intervenção de natureza censória.

A partir da experiência de censura por parte de um determinado grupo de professoras à mediação educativa de uma exposição de Lasar Segall, na qual uma série de gravuras retratava mulheres prostitutas, Luana Wedekin remonta ao pensamento de Vigotski, para quem os efeitos morais de uma obra de arte não podem ser previstos. Em um contexto de educação tecnicista e arte à serviço da propaganda bolchevique, o educador russo teria se lançado em defesa da autonomia da arte, contra o que chamou de “amortecimento sistemático do sentimento estético” por determinações

morais. Reconhecendo, porém, o abismo entre artista e público leigo, a autora aponta para a necessidade da mediação cultural, empenhando-se em contextualizar as imagens de Segall, em vista de uma educação para a tolerância e a aceitação da diversidade.

Em entrevista a Diogo de Moraes, intitulada *Públicos controversos*, Daniela Labra – curadora de uma das exposições que, no segundo semestre de 2017, foi questionada por indivíduos e grupos conservadores – responde sobre a relação de seus projetos com os diferentes tipos de públicos (especialista, jovem, local etc.), particularmente, porém, com os públicos que manifestaram tais questionamentos – por vezes na forma de desprezo e negação –, por meio de um balanço entre, de um lado, a necessidade de respeitar e dialogar com as divergências e críticas em relação à exposição, ou ainda, com as motivações pelas quais certos trabalhos foram repudiados, e de outro, a necessidade de insistir em projetos que toquem em questões prementes, ainda que incômodas, sob risco de despertar reações violentas – apesar da fragilidade das instituições culturais para sustentar esses diálogos.

Finalmente, por nossa iniciativa, decidimos organizar uma contribuição específica ao dossiê. Entendemos que parte significativa dessas controvérsias constitui o próprio material ao qual o trabalho de mediação se dedica, muito embora as mediadoras e educadoras tenham sido muito pouco consultadas publicamente a respeito dessas questões. Como pesquisadoras e praticantes de uma mediação atenta às complexidades do campo de atuação dessa atividade, além de interessadas no papel das equipes educativas das instituições culturais que tiveram obras ou exposições questionadas, realizamos entrevistas com educadoras e educadores de diferentes instituições e exposições envolvidas (Santander Cultural, Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), do MASP e da Trienal de Artes do Sesc Sorocaba) sobre suas atuações e eventuais experiências de transformação nesse processo.

Esperamos que o dossiê possa ser útil ao desdobramento dessas questões que nos têm convocado com particular insistência. Além das(os) autoras(es) e colaboradoras(es) do dossiê, gostaríamos de agradecer a Luciana Gruppeli Loponte, Pompea Auter Tavares, Vera Penzo e Waldemar Luiz Kunsch, pelo apoio de nos deram de diferentes maneiras.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. O. C. et al. Queermuseu: os perigos da censura e do avanço conservador para a democracia. *Revista Cult*, São Paulo, 13 set. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2AyyQa7>>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- QUINALHA, R. Queermuseu e o obscurantismo dos cidadãos de bem. *Revista Cult*, São Paulo, 13 set. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2hu01z9>>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- RÁDIO Guaíba: Curador da Queermuseu e MBL discutem exposição no Esfera Pública. [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo.postado por: Felipe Vieira.
- SANTANDER CULTURAL. Nota sobre a exposição Queermuseu. [S.l.], [10 set. 2017]. Facebook: Santander Cultural. Disponível em: <<https://bit.ly/2VaRhNm>>. Acesso em: 26 dez. 2018.
- WARNER, M. *Publics and counterpublics*. Brooklyn: Zone Books, 2010.
- WILLIAMS, R. Culture is ordinary. In: WILLIAMS, R. *Resources of hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989. p. 3-14.